

Reescalonar a dívida ^{ext} em

21 MAR 1986
GAZETA MERCANTIL

novas bases

por Cláudia Safatle
de Brasília

Neste ano a economia deverá crescer 5%, bem abaixo do desempenho de 8,4% verificado no ano passado, porque dois setores importantes terão comportamento negativo ou modesto: a agricultura e o setor financeiro.

Penalizada por uma quebra de 8 milhões de toneladas de grãos na safra que começa a ser colhida (aquele dos 10 milhões de toneladas de perda estimados inicialmente), a agricultura trará impactos negativos para o Produto Interno Bruto (PIB).

O setor financeiro, que após o programa de inflação zero começa a ingressar numa fase de profunda readaptação, também puxará para baixo o desempenho da atividade de serviços. Mas a indústria e o comércio vão bem e deverão compensar essas quedas e garantir o crescimento do PIB.

Esta é a expectativa do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que em entrevista a este jornal, na última sexta-feira, sinalizou os próximos lances que devem ser dados para a "construção de uma nova sociedade, a partir do alícerce sadio que nós plantamos". Ele garante que, agora, "as bases são sólidas". A inflação para o ano será "zero", insistiu o ministro da Fazenda, e nos próximos anos o País conviverá com taxas da ordem de 5% de inflação. "Se a inflação começar a atingir 8 ou 9% nos anos futuros, a sociedade reagirá contra", acredita o ministro.

Falta ainda "limpar" a economia do peso das transferências de recursos para o exterior, que consomem 5% da poupança nacional ao ano. O ministro da Fazenda admite que "o setor externo ainda pesa muito, embora neste ano esse peso seja bem menor do que há dois anos". Ele já tem as linhas básicas do que deseja negociar com a comunidade financeira internacional. A renegociação do estoque da dívida externa brasileira, que Funaro começará a traçar neste ano, "é um projeto tão ambicioso quanto era dizer cinco meses atrás que teríamos, para 1985 e 1986, o menor "spread" do mundo, sem acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O governo pretende reescalonar a dívida em termos plurianuais, trazendo todo o estoque para a taxa de risco ("spread") obtida neste ano, de 1,125%. "Vamos sair desse negócio de ser um país devedor, sem a interferência de nenhum organismo internacional", adiantou o ministro da Fazenda. Ele almoçou na sexta-feira com o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Henrique Iglesias, e disse que o chanceler "está entusiasmado com a posição brasileira de abrir novos caminhos".

Na área dos juros internacionais, o ministro da Fazenda sabe que o País isoladamente não vai conseguir muitos resultados. A postura do governo brasileiro é articular um novo movimento internacional a favor da queda das taxas de juros internacionais, não só com os países latino-americanos, mas também aliando-se ao Japão e a alguns países europeus ainda insatisfeitos com o patamar dos juros externos. O

próximo contato do ministro da Fazenda com o FMI se dará nos dias 7 a 12 de abril, quando Funaro participará da reunião do comitê interino em Washington. Nesta oportunidade, "vou ouvir, sentir", disse ele, que pretende agir com cautela, "sem pressa", para trazer o setor externo à normalidade, com menos transferências de recursos do Brasil para o exterior.

Funaro antevê o princípio da queda real da dívida pública interna ainda neste mês. "Isso é fantástico. A dívida interna começa a baixar por política monetária, por necessidade de moeda na economia", avalia. Neste mês o governo já fez um resgate líquido de CZ\$15 bilhões em títulos públicos. Na verdade, resgatou CZ\$ 20 bilhões até a última sexta-feira, mas vendeu na quinta-feira CZ\$ 5 bilhões de LTN "a juros de 14,70%, baixíssimos, o que demonstra confiança no sistema".

Para os próximos meses, a previsão é de crescimentos cada vez menores

(Continua na página 3)

Reescalonar a dívida em...

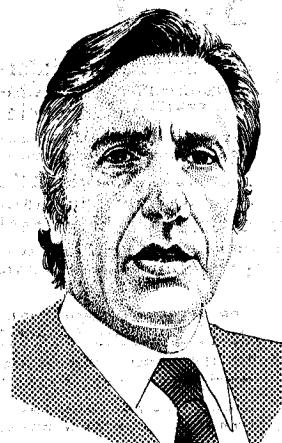
por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

até atingir o final do ano com queda no endividamento interno, cuja intensidade Funaro preferiu não dimensionar. Mas o movimento, segundo ele, é seguro. "Há diversas formas de monetizar a dívida pública. Só em fechamento de câmbio neste mês o País obteve US\$ 300 milhões, que foram acrescidos nas reservas cambiais, e este é um jeito de injetar cruzados na economia", observou.

Apesar do programa de estabilização trazer o fim da correção monetária, ainda existe uma certa dose de indexação da economia. Os salários estão indevidados, assim como o saldo devedor dos contratos de financiamento da casa própria, as OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), a partir de um ano, entre outros. Funaro concorda, embora argumente que "indexação de zero é zero".

O ministro da Fazenda, porém, justificou que ainda era necessário manter algumas indexações, como nas cadernetas de poupança, por exemplo, antes de testar o sucesso do programa de estabilização. O governo temia uma corrida por saques na poupança nos títulos ou nas letras, como resultado de um princípio de desconfiança da população, no primeiro momento. Manteve o atrelamento de alguns preços e "somente começaremos a limpar depois de zero, zero e zero de inflação", sustentou, analisando que os primeiros vinte dias mostraram que "a reação popular é absolutamente sólida", premissa básica para o sucesso do Plano Cruzado.

Ele não acredita que um movimento altista nos preços dos produtos hortifrutigranjeiros venha a comprometer a meta de "inflação zero". Pode haver um produto que aumenta de preços, "mas outros caem", afirmou, citando como exemplo a queda nos preços do arroz, feijão e milho, como contraponto à elevação de hortifrutigranjeiros, que



Dilson Funaro

não estão com preços tabelados.

Desintoxicada a economia, Funaro prepara agora a reconstrução de setores que "já estavam em exaustão, cheios de furos, buracos". Primeiro pretende sanear o setor habitacional, que, como afirmou nesta semana, padece de um déficit potencial de CZ\$ 100 bilhões. Em seguida, está a elaboração de "um

grande plano agrícola para este país".

O ministro já está conversando com os Ministérios da Agricultura e do Planejamento e empresários do campo para traçar as bases dessa nova política agrícola, que terá de pagar juros reais, mas, em contrapartida, se beneficiará com subsídios aos insumos agrícolas. O governo ainda não definiu qual será a taxa de juros para o crédito agrícola, mas Funaro adiantou que "serão baixas". A intenção do ministro é "dinamizar a agricultura, como foi feito na indústria, nos últimos anos".